

Relações Públicas e Cidadania: uma contribuição da comunicação em prol do social¹

Taís Dias CAPELINI²

Maximiliano Martin VICENTE³

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, SP

Resumo

As relações públicas podem construir uma informação e uma formulação da realidade, a partir da mídia, sem ser influenciado pelos grandes meios de comunicação de massa? Qual a relevância dessa maneira de se informar na conjuntura atual para o profissional de relações-públicas e como ele pode atuar em prol das causas sociais? O presente texto busca estabelecer parâmetros de atuação para os profissionais de relações-públicas preocupados com as transformações sociais no mundo contemporâneo. Para chegar a tal objetivo estruturamos nossa análise a partir temáticas capazes de dar uma resposta à inquietação inicial. Realizamos a reconstituição da trajetória recente dos movimentos sociais no Brasil, procuramos esclarecer o conceito polissêmico de cidadania e relacioná-lo com a comunicação, assim como rever a trajetória das relações públicas na contemporaneidade levantando algumas hipóteses que contemplem novas perspectivas para a profissão. Dessa maneira, pretende-se mostrar a existência de um campo de atuação para esse profissional marcado pelo engajamento da transformação social.

Palavras-chave: Comunicação, Relações Públicas, Movimentos Sociais, Cidadania.

Introdução

Atualmente, é notório que no Brasil, bem como em grande parte dos países do mundo, a opinião pública é manipulada através dos mais diversos tipos de mídias, associadas a uma elite dominante. Apesar disso, percebe-se que, nos últimos anos, diversas formas de mobilização popular têm agido de forma contestadora, atuando no sentido contrário desses discursos majoritários.

No cenário brasileiro, uma vasta parcela da sociedade, parece que vêm compreendendo melhor o processo de globalização que atingiu o país e que deixou grande parte da população excluída, em diferentes graus, dos âmbitos político, social, econômico e

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática “Comunicação, Espaço e Cidadania”, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de graduação do curso de Relações Públicas da FAAC-UNESP, e-mail: tais_capelini@hotmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor Doutor do Departamento de Ciências Humanas da FAAC-UNESP, email: maxvicente@faac.unesp.br

cultural. As mais diversas reações da sociedade emergem como modos de resistência a um projeto político dominante que não contempla satisfatoriamente o povo.

Apesar da importância da contestação social, nos anos 90 houve um declínio do interesse pelo estudo desses movimentos em geral, e mais especificamente pelos populares. Contrariamente a isso, no presente artigo, ressalta-se a importância dessa temática bem como outras a ela diretamente relacionadas, como a referente à cidadania. Acredita-se ser imprescindível para qualquer profissional de comunicação comprometido com os preceitos éticos, sobretudo os profissionais de relações-públicas, dar visibilidade a essas questões.

1. Trajetória dos Movimentos Sociais no Brasil

No Brasil, em meados dos anos 70, quando se tratava de movimentos sociais, estes eram relacionados principalmente aos movimentos sociais populares urbanos que possuíam papel de destaque. Esses movimentos assumiam uma posição antagônica e de oposição ao Estado, eram articulados à Igreja Católica e a Teologia da Libertação em termos de apoio ou de matriz formadora/constituidora das novas forças sociais. Buscavam suprir carências materiais básicas, exigindo direitos sociais, políticos, econômicos e culturais de forma mais abrangente.

Segundo Maria da Glória Gohn, na obra “Teorias dos Movimentos Sociais” (2000), valorizava-se o perfil extra-institucional das práticas populares e sua autonomia diante dos partidos e dos aparelhos do Estado.

Na década de 80, diante do contexto político-econômico da época, surgiram questionamentos a respeito do caráter dos novos movimentos populares:

No campo das práticas não exclusivamente populares, iniciou-se o interesse, por parte dos pesquisadores, por outros tipos de movimentos sociais, tais como o das mulheres, os ecológicos, os dos negros, índios, etc. foram movimentos que ganharam expressão naquela década, embora fossem lutas já antigas que ressurgiram no Brasil no final dos anos 70. Em alguns casos, estiveram articulados à luta popular, como no caso das creches e de algumas alas do movimento feminino. (GOHN, 2000, P.283)

Ainda de acordo com a mesma autora, esses novos movimentos divergiam dos movimentos sociais clássicos, como aqueles relacionados à classe operária; bem como

dos movimentos sociais populares e não-populares, surgidos da década de 70. No final dos anos 80, questões que permeiam o campo da moral e da ética política ganharam destaque. Alguns movimentos como o das “Diretas Já”, na luta pela mudança de regime político do Brasil; e dos desempregados, contestando a ausência do trabalho; desempenharam um importante papel na política brasileira.

Entretanto, ao longo dos anos 80, os movimentos sociais brasileiros perderam o otimismo e a crença da atuação concreta. Inúmeros fatores colaboraram para essa mudança, dentre eles, a decepção da sociedade civil com a política em geral, tanto no que diz respeito à atuação das elites dirigentes quanto dos partidos políticos; e, sobretudo, surgimento e a consolidação das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que se tornaram, em alguns momentos, quase uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90.

Por isso, Gohn afirma que “a consolidação dos movimentos enquanto estruturas da sociedade civil foi um projeto que, nos anos 90, será reconhecido como não-realizado, embora seja apontado não como um fracasso, mas sim como um projeto utópico” (GOHN, 2000, P.286).

Na década de 90, a fragmentação da visão macro da sociedade enfraquece a militância coletiva. Além disso, concomitantemente a esse processo, alguns desses movimentos passaram por crises que colaboraram para a redefinição do cenário de lutas no país:

Alguns entraram em crise interna: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas e de confiabilidade e legitimidade junto a própria população. Sem falar nas crises externas – decorrentes da redefinição dos termos do conflito social entre os diferentes atores sociais e entre a sociedade civil e a sociedade política, tanto em termos nacionais como em termos dos referenciais internacionais: queda do muro de Berlim, fim da União Soviética, crise das utopias, ideologias etc. (GOHN, 2000, P.304).

O Estado, nesse momento, não era mais visto como o adversário dos movimentos sociais, como a visão típica dos anos 70 e 80, mas transformou-se no principal interlocutor desses movimentos. As ONGs, por sua vez, se tornaram espaços de mediação entre aqueles coletivos organizados intencionados a participar das políticas públicas e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados e

instituições governamentais. “Isso resultou na construção de uma nova esfera, ou subesfera, entre o público e o privado, que é público não-estatal, e no surgimento de uma ponte de articulação entre estas duas esferas, dadas pelas políticas de parceria”. (GOHN, 2000, P.301)

Em virtude dessa nova conjuntura, os denominados “novos” movimentos sociais perdem seu caráter militante, pois suas ações tornam-se mais propositivas do que reivindicatórias. Acrescenta-se ainda a perda de visibilidade na mídia sofrida por esses movimentos, devido à diminuição das manifestações e protestos públicos.

Por outro lado, em meio a todos esses aspectos, alguns movimentos sociais resistiram a esses fatores e permanecem atuando de maneira autônoma, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que se tornou o maior movimento popular do Brasil nos anos 90. Devido ao acirramento das lutas no campo, que teve seu ponto ápice com o massacre de Eldorado dos Carajás (1996) e a Marcha a Brasília (1997), o MST alcançou a mídia nacional e internacional e ampliou notoriamente a visibilidade da suas causas, sobretudo, a da reforma agrária.

Ainda nos anos 90, novos movimentos sociais de caráter plural surgiram e se reconfiguraram, voltados para problemáticas diversas, ocasionando uma expressiva ramificação de temáticas. Gohn (2000), afirma que “a violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e corporativismo, os escândalos na vida política nacional etc., levaram a reações no plano da moral”. (GOHN, 2000, P.305). São exemplos, a criação de instituições e organizações como o Movimento Ética na Política e Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

Outras problemáticas referem-se aos movimentos identitários e culturais, tais como movimentos de gênero; movimentos ambientalistas e ecológicos; movimentos centrados em torno da questão da idade, como Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Movimento dos Aposentados. Ou ainda movimentos pela revalorização da cidade enquanto local adequado de vivência e sociabilidade, e contra a violência, como o Movimento Viva Rio.

Portanto, a construção de uma nova concepção de sociedade civil é o resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de participação social.

(...) o conflito social deixa de ser simplesmente reprimido ou ignorado e passa a ser reconhecido, posto e repostado continuamente em pauta nas agendas de negociações. (...) resgatam-se as regras de civilidade e de reciprocidade ao se reconhecer como detentores de direitos legítimos os novos interlocutores: grupos de favelados, de mulheres discriminadas, de sem-terra e/ou sem-teto, entre outros. (GOHN, 2000, P.302)

Essa nova forma de organização da sociedade civil tem contribuído para a reconstrução dos fatores de engajamento e mobilização social a partir de uma concepção ampliada de cidadania, pela qual busca-se o reconhecimento do “outro” - aqueles que historicamente foram marginalizados e estigmatizados – e de suas causas e valores legítimos.

2. Comunicação e Cidadania

A cidadania emerge como um dos temas mais polêmicos da atualidade. O avanço das manifestações democráticas vivenciados recentemente colaborou para a incorporação da palavra cidadania em um sem-número de discursos públicos. Entretanto, essa quase onipresença não é sinônimo de consenso. Além disso, é importante ressaltar que as interpretações atribuídas a esse conceito não são imparciais e podem estar imbuídas de significações negativas que levem a situações contrárias a consolidação da democracia. O atual trabalho partirá do pressuposto que o conceito de cidadania envolve: a) conquista de direitos; b) historicidade e contextos específicos; e c) participação social.

Jaime Pinsky (2003), na introdução do livro “A história da cidadania”, afirma que:

A cidadania instaura-se a partir dos processos de lutas que culminaram na Declaração dos Direitos Humanos, dos Estados Unidos da América do Norte, e na Revolução Francesa. Esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão. Desse momento em diante todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania e o mundo ocidental o estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. Nesse sentido pode-se afirmar que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia. (PINSKY,2003)

Dessa forma, a cidadania assume um papel de destaque quando se trata das relações entre o Estado e a sociedade, em outras palavras, de governantes e governados. Diante de um contexto de expressivas transformações que se delineou nas últimas décadas, alcançou-se uma nova conjuntura na qual a sociedade cobra e desenvolve um rol de responsabilidades e direitos por parte do Estado. Ou seja, rompe-se a lógica dos benefícios restritos apenas aos governantes em prejuízo dos governados.

De modo geral, cidadania corresponde aos direitos civis, que englobam os direitos à liberdade, igualdade, propriedade e, sobretudo, à vida; aos direitos políticos, pelos quais é possível eleger e ser eleito; e por fim, aos direitos sociais, que asseguram o direito ao trabalho, à saúde, à educação, etc.

As conquistas desses direitos e, por conseguinte, da cidadania, faz parte de um processo histórico, que deve levar em consideração o tempo e o espaço em que se desenvolveram. Sendo assim, não se pode conceber uma mesma trajetória para a evolução da cidadania em todos os Estados-Nação (PINSKY, 2003). Aliás, mesmo dentro de um mesmo país o conceito de cidadania assume um caráter diverso, como por exemplo, no caso do maior ou menor grau de participação de diferentes setores da sociedade, como o voto censitário, que historicamente foi uma realidade brasileira.

É importante ressaltar que o Brasil possui uma história marcada pelos impasses da consolidação da cidadania. A acentuada miséria e desigualdade, somadas à exclusão social imposta aos escravos e aos índios, bem como a concessão tardia dos direitos sociais e políticos a outras minorias, como as mulheres, são alguns exemplos ilustrativos de limites e retrocessos significativos. Ademais, não é possível esquecer-se dos anos de regime militar autoritário implantado no país, que significou um enorme golpe aos direitos sociais e políticos da época e que reprimiu de forma violenta a participação social.

Com relação a essa última, nota-se que a sociedade moderna tem se tornado mais complexa, e a divisão clássica dos direitos do cidadão em individuais, políticos e sociais não suprem a amplitude do conceito. Conquistar uma cidadania plena em uma sociedade altamente desigual e segregadora, na qual o acesso aos bens econômicos está concentrado numa minoria da população, enquanto milhões de pessoas encontram-se excluídas do usufruto dos direitos mais fundamentais, torna-se um enorme desafio. Por



isso, a ampliação e os avanços da cidadania estão intrinsecamente relacionados com as reivindicações, as lutas e as manifestações sociais (PINSKY, 2003).

Através da participação popular constrói-se e é construída a cidadania, num processo contínuo que só traz ganhos para a consolidação da democracia. Sem essa participação algumas demandas básicas de determinada parcela da população pode ser suprimida, beneficiando mais determinados grupos do que outros, criando um contexto ainda mais segregador. Sob essa ótica, a comunicação desempenha uma função fundamental, pois é responsável por disseminar informações, fatos, idéias, acontecimentos, que podem estimular e ampliar as práticas cidadãs.

Outro aspecto extremamente relevante para a comunicação é analisar, ainda que de maneira geral, as formas como os diferentes grupos humanos são representados pelos veículos midiáticos, levando-se em consideração as maneiras que esses meios constroem os relatos da participação social das pessoas. Sabendo-se que os diversos meios de comunicação atendem, muitas vezes, a interesses econômicos e políticos, essa questão acentua-se ainda mais, pois não se pode falar em neutralidade desses meios.

Por isso, torna-se fundamental a análise dos conteúdos veiculados para que alguns setores da sociedade não sejam esquecidos, marginalizados ou que suas causas sejam distorcidas, num mecanismo que visa atender a interesses nem sempre comprometidos com as questões sociais. Dessa forma, os receptores da comunicação devem ser encarados como sujeitos ativos, que desejam ver seus direitos representados de forma coerente e que procuram nos meios um espaço para a ampliação de suas formas de participação.

A comunicação, portanto, desempenha uma função estratégica na solidificação e no alargamento da cidadania, visto que é capaz de impulsionar os indivíduos e grupos sociais a se considerarem sujeitos de sua história e de seus direitos. Sendo assim, a função da comunicação, não se limita apenas a uma atitude de denuncia, mas sim de um mecanismo voltado para incentivar a participação social, pela qual os cidadãos podem agir na defesa de seus interesses.

3. Relações Públicas: novas perspectivas em prol do social

A comunicação pode representar, ao atuar como um suporte de propagação de idéias, uma ruptura com as tendências globalizantes e excludentes do mercado,

propiciando o exercício da cidadania a partir de ações que vão desde a possibilidade de tomada de consciência do indivíduo, até a inclusão ou representação deste em diferentes instancias comunicacionais. Diante disso, considerando a área de relações públicas intrínseca à comunicação social, resulta anacrônico pensar – como ocorre majoritariamente - num profissional de relações-públicas envolvido, apenas, em atividades relacionadas com a integração dos públicos de uma organização, num processo nem sempre favorável aos menos privilegiados.

No Brasil, as relações públicas surgiram pautadas, sobretudo, na administração pública, efetivando-se através de serviços de informações, publicidade e propaganda de diversos órgãos governamentais. Na década de 40, durante o governo de Getúlio Vargas, a comunicação tinha função estratégica de promover este governo, tendo em vista a conquista da opinião pública a fim de dar continuidade ao poder vigente. Essa perspectiva evidencia-se notadamente através de instituições como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Vargas, criado por decreto presidencial, em 1939.

O contexto histórico que se desenvolveu para as relações públicas marcou sobremaneira o conceito dessa área no Brasil. A importância desse fato está no comprometimento, desde seus primórdios, da prática de relações públicas no país, que não foi pensada em todo seu potencial, importância e amplitude. Sendo ainda associada a atitudes descomprometidas com as questões democráticas.

Atualmente, mesmo sendo uma atividade que tenha alcançado importantes avanços, as relações públicas ainda carecem do devido reconhecimento da sociedade quanto à complexidade e à abrangência de suas ações. A falta de legitimidade compromete a atividade profissional, que ainda carrega o estigma de ser uma atividade subserviente ao poder. Segundo Fábio França, uma das razões para justificar a pouca visibilidade dessa atividade iniciada em 1914, no Brasil, está relacionada à falta de discussão a respeito da própria relações públicas. Para o mesmo autor,

“amplia-se o debate quando se criticam as relações públicas como atividade que ainda não foi capaz de constituir e defender *um corpo consolidado de doutrina* a sustentá-la e a lhe dar *status* que a diferenciasse das habilitações midiáticas da comunicação social, oferecendo-lhe maior peso no contexto

administrativo e estratégico das organizações.” (FRANCA, 2003, P.131-132)

No presente trabalho, partimos da hipótese que o papel do relações-públicas deve ir muito além dos limites organizacionais para voltar-se para aquele que deve ser o foco maior de sua atuação: o ser humano e a luta pelos seus direitos para o exercício da cidadania. Procuramos transcender as visões retrógradas e limitadas que, infelizmente, são dominantes, voltando-nos para as novas perspectivas que vêm surgindo para essa área, principalmente no que diz respeito ao seu caráter emancipatório.

Diante dessa ótica, as relações públicas emergem como um importante aliado frente à conquista da cidadania, intervindo no contexto não para legitimá-lo, mas assumindo postura transformadora. Como já ressaltou Cecília Peruzzo:

[em] até mais ou menos dez anos relações públicas eram concebidas teoricamente e praticadas majoritariamente como instrumento a serviço do capital, dos governos e da hegemonia das classes dominantes. Mas, a sociedade é dinâmica e, acompanhando as mudanças que vêm ocorrendo no interior da sociedade brasileira, às relações públicas também chegou a vez de se deixarem mudar. Hoje, teórica e praticamente, é possível falar de relações públicas populares, ou comunitárias, orgânicas às classes subalternas. Ou seja, de um trabalho de relações públicas comprometido com os interesses dos segmentos sociais subalternos organizados, ou num sentido mais amplo com o interesse público. (PERUZZO, 1993. P.125)

Torna-se relevante as relações públicas como um novo paradigma de atuação que contempla, sobretudo, o desenvolvimento humano e o bem-estar social. Ou seja, cabe ao profissional de relações-públicas reavaliar o enfoque teórico e metodológico que marcou sua atuação para colocar em prática uma nova postura, se impondo como sujeito histórico à serviço da sociedade.

Por outro lado, pensar no relações-públicas como um “salvador” é demasiado ilusório. Assim como, é errôneo pensá-lo como um profissional que exerce uma função meramente assistencialista. O relações-públicas deve sim promover a cidadania, utilizando funções estratégicas para dar visibilidade às causas populares a partir dos anseios e das demandas da população. Atitude extremamente complexa, que por isso,

deve buscar uma ação dialógica entre importantes áreas do saber, como as demais áreas da comunicação social, abrangendo ainda conceitos que permeiam, dentre outras, as áreas das ciências sociais, história, filosofia, política e psicologia. Tendo em vista que as ações e as transformações produzidas sob a ótica dos valores fundamentais da cultura democrática, não podem ser dever exclusivo de uma área ou profissão específica, pois são tarefas de todos os profissionais envolvidos com o debate na atualidade.

Há ainda que se destacar, que alguns outros aspectos da profissão talvez necessitem ser revistos, como a questão do Terceiro Setor e das Relações Públicas Comunitárias. Apesar de importantes ações desenvolvidas por instituições do Terceiro Setor, faz-se necessário repensar em alguns pontos considerados nevrálgicos para o desenvolvimento da cidadania.

Sabendo-se que, cada vez mais, há uma espécie de preocupação generalizada com a responsabilidade social e com o aperfeiçoamento do discurso da área; ao mesmo tempo, há também o perigo de algumas entidades privadas se tornarem árbitras do que tem valor social e cultural ou não. Ou seja, essas instituições passam a decidir quais projetos sociais ou quais setores da população merecem receber investimentos, em detrimento de outros. Além disso, existem ainda muitos discursos que são apenas superficiais, visando atender a interesses meramente mercadológicos através do chamado “marketing social”.

Quanto às relações públicas comunitárias, é notória a importância das ações dessa área, como o desenvolvimento de rádios e TVs comunitárias, que dão voz às problemáticas das comunidades onde são instituídas. Contudo, neste trabalho, acredita-se que a atuação desse profissional deve expandir-se ainda mais. Ao invés de relações públicas comunitárias pode-se buscar as relações públicas populares, as quais devem contemplar não só as carências comunicacionais dos grupos sociais, mas devem estar intensamente comprometidas com suas causas e valores, promovendo-os para toda a sociedade. Procurando beneficiar a disseminação da cultura de diversos grupos populares e as reivindicações dos diferentes movimentos sociais.

As maneiras como essa mudança de postura pode acontecer são múltiplas e ainda não definidas. Não há um caminho certo a ser trilhado, mas muitos a serem construídos e reconstruídos por aqueles que desejam utilizar o que há de mais belo na profissão: o seu potencial transformador. Encarar os diversos desafios que surgem ao

almejar uma quebra de paradigmas exige estudo, engajamento e muita coragem. Talvez um primeiro passo deva ser dado no próprio âmbito universitário, local propício para discussões e debate a cerca da reflexão teórica e da conceituação crítica da profissão.

Vale ressaltar que o pensamento crítico é uma das características dos estudos de comunicação em nosso continente. Contribuir com os processos comunicativos das novas formas de cidadania pressupõe consciência política e social para interpretar e compreender a sociedade contemporânea (KUNSCH, 2007). Tendo isso em vista, é que se pretendeu desenvolver o atual trabalho.

O principal objetivo, ou pretensão, deste artigo é de chamar a atenção para a necessidade de pesquisa, de debate e reflexão crítica, para a produção de conhecimento - a partir de diferentes referenciais teóricos, numa perspectiva multidisciplinar - buscando um pensamento que respeite a totalidade e que não seja pautado em visões fragmentárias da sociedade. Ressalta-se a hipótese de que é imprescindível incomodar-se com o que está posto, mesmo que seja para reconhecer os próprios erros de interpretação, mas sempre assumindo um comportamento ansioso pela transformação em prol do social.

Considerações Finais

O trabalho em questão procurou rever a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, bem como conceituar a importância da cidadania e suas implicações para a comunicação. Além disso, propôs alguns pontos que vislumbram novos paradigmas para a área de relações públicas.

Entender as problemáticas levantadas não é apenas uma forma de se comprometer com um futuro melhor em termos de sociais. Trata-se de garantir, em termos humanos, o futuro possível. E a história mostrou que ele nunca chegou sem luta, dado o modelo capitalista altamente discriminatório e excludente, no qual os interesses mercadológicos assumem maior relevância que as questões sócio-culturais.

Apesar de alguns retrocessos apresentados no decorrer de sua trajetória, os movimentos sociais são símbolos de resistência permanente ao processo de globalização que tem sido apresentado como solução para o subdesenvolvimento e a pobreza, exaltando as vantagens tecnológicas e de aquisições de bens materiais, suprimindo o fato de que esses benefícios não são usufruídos de forma equivalente por toda a

sociedade. A atuação de movimentos sociais engajados na construção de uma democracia participativa é uma resposta ao modelo neoliberal que se alastra mundialmente. Sendo assim, o desafio representado pela sociedade civil incita a busca por uma redefinição de um novo panorama social que acompanhe as transformações políticas estruturais e as inovações econômicas e tecnológicas, fazendo com que suas reivindicações tornem-se legítimas e sejam inseridas nas agendas de negociações.

A partir da acepção popular que retoma a construção histórica da luta pelas mudanças nas estruturas sociais, pensada coletivamente, as práticas comunicativas que se desejam ser éticas, devem deixar de promover a conciliação com o sistema – que é bastante flexível para cooptá-lo - para configurar-se como ferramenta para a ampliação das práticas cidadãs. Paralelamente a isso, também surgem novas necessidades de organização e de disseminação do conhecimento, de transparência comunicacional e de difusão da informação. Faz-se necessário expandir os conceitos e práticas pluri, inter e transdisciplinares para que a comunicação assuma um papel de propiciador de discussão pública, tendo em vista suas implicações sobre o interesse geral.

Os desafios para a ampliação da cidadania estão lançados. E são continuamente (re)colocados pela própria sociedade, que luta para seus avanços e sua consolidação. Os profissionais de relações-públicas podem contribuir para superação dos embates existentes acerca da desigualdade social e da degradação humana. Essa atitude deve partir, primeiramente, da reflexão da própria profissão, e como exposto anteriormente, do comprometimento com aquele que deve ser o foco maior de sua atuação: o ser humano e a luta pelos seus direitos para o exercício da cidadania.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Curso de relações públicas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1988.

_____, Cândido Teobaldo de Souza. **Panorama histórico de relações públicas**. 2ª ed. São Paulo: Com-Arte, 1973.

_____, Cândido Teobaldo de Souza. **Para entender relações públicas**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyla, 1983.

DALLARI, Dalmo de Abreu (1998). **Cidadania e Direitos Humanos**. São Paulo Brasiliense.

GOHN, M.G. **Teorias dos movimentos sociais**. 2.ed. São Paulo: Editora Loyola, 2000.

FRANÇA, Fábio. Subsídios para o estudo do conceito de relações públicas no Brasil. In: **Revista de Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo: Umesp., Ano 24, nº. 39, 1º semestre/2003, pp.127-154.

KUNSCH, Margarida Maria Krohlin; KUNSCH, Waldemar Luiz (Orgs.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: summus, 2007.

PERUZZO, Cecilia. **Relações Públicas no modo de produção capitalista**. São Paulo: Summus, 1986.

_____, Cecilia. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____, Cecilia. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004.

PINSKY, J. e PINSKY, Carla B. (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas e Micropolítica**. São Paulo: Summus, 2001. (Coleção Novas Buscas em Comunicação, v.64).

_____ **Relações públicas: função política**. São Paulo: Summus, 1995.